

## RESENHA

### *Reinos Bárbaros do Ocidente*

Professor Titular Dr Pedro Paulo A. Funari

Departamento de História  
Centro de Estudos Avançados UNICAMP  
[www.gr.unicamp.br/ceav](http://www.gr.unicamp.br/ceav)

**Magali Coumet & Bruno Dumézil, *Les royaumes barbares en Occident*. Paris, Presses Universitaires de France, 2010, 128 pp., ISBN 9782130575771.**

O estudo dos povos germânicos, entre a Antiguidade e a Alta Idade Média, tem passado por renovação acentuada, à luz das discussões epistemológicas das últimas décadas. Este volume, por dois estudiosos do tema, inicia-se por um exame da formação da historiografia sobre o tema, no século XIX, com a ligação umbilical entre os recém-criados estados nacionais e as antigas tribos e reinos germânicos: anglos, francos, germanos, entre outros. A publicação da obra *Monumenta Germaniae Historica* (Berlim, 1826) deu-se sob a significativa divisa *sanctus amor patriae dat animum* (“o sagrado amor da pátria dá ânimo”). O nacionalismo moderno forjou, portanto, a percepção daqueles povos e da sua importância para a gênese dos modernos estados. A abordagem dos autores parte, desta forma, de uma observação de como o discurso historiográfico alterou-se e como, em nossos dias, as fontes arqueológicas, por um lado, e a teoria social, conforma as discussões recentes sobre um tema tão essencial para a nossa própria época.

Os autores, de maneira programática, apresentam diversos modelos interpretativos, o que permite ao leitor formar suas próprias opiniões. Assim, a tese dominante a partir da década de 1970, denominada de etnogênese progressiva, considera que haveria povos que se formariam em algum momento e continuariam por muitos séculos, como os godos. A teoria da etnogênese, contudo, foi criticada desde a década seguinte, tanto em termos teóricos, com empíricos, pela falta de elementos que comprovassem a continuidade ao longo do tempo. Nas últimas décadas, passou a predominar a tese da identidade bárbara adquirida na interação com os romanos e, para isso, a Arqueologia tem sido fundamental. A adoção de elementos da cultura material romana, bem atestada, nada tem a ver com migração ou etnogênese. Ao contrário, a ligação entre cultura material e identidades fixas deriva do nacionalismo moderno, de pressupostos atuais de que haveria populações homogêneas. Criticam, portanto, os modelos normativos de cultura compartilhada e, ao contrário, enfatizam a fluidez e constante mutação das identidades e apropriações culturais. Não houve, para os autores e boa parte a historiografia recente, uma origem étnica (etnogênese), mas formulações identitárias sucessivas, em constante mutação.

Após essas considerações epistemológicas de fundo, desmistificam termos como “grandes invasões” ou “tomada de Roma” (não por acaso, o livro lançado nos 1600 anos do saque de Roma não reconhece qualquer relevância ao evento). Enfatizam as negociações, no lugar do que chama de mito “mito das grandes invasões” (p. 31). Os bárbaros no império são vistos como uma solução para a crise do século terceiro, com brilhantes carreiras individuais de germanos. A partir das últimas décadas do século IV, generaliza-se o sistema de alianças (*foedera*) e hospitalidade (*hospitalitas*) e o fim do

Império Romano no Ocidente, no último quartel do século V dará lugar a reinos germânicos, com seus *reges gentium*.

A Arqueologia continua importante para perscrutar a cultura bárbara no século V, com sua demonstração da relevância da guerra e de uma organização social hierárquica, com um paganismo pouco ligado às identidades, enquanto o arianismo serve a estratégias de distinção como *Lex Gothica* por contraposição à *religio romana* (o catolicismo romano). Houve um processo de aculturação recíproca, de mestiçagem (*métissage*) e os estados bárbaros forma reinos vários e instáveis, com produção literária reduzida e em latim, à exceção da Bretanha, com os anglo-saxões. O papel do direito germânico, escrito em latim, consagra a relevância da identidade étnica e da vingança (*faida*). Por fim, a conversão ao catolicismo pelos diversos reis germânicos marcou, a partir do franco Clóvis, no início do século VI, a fusão acelerada dos germanos com os indígenas e o nascimento de novas identidades.

Observa-se uma renovação dos estudos sobre o tema dos povos bárbaros, à luz das discussões da teoria social das últimas décadas. Abandonam-se as perspectivas de matrizes positivistas e normativas e parte-se para um estudo dos germanos como grupos humanos fluidos e em relação simbiótica com outras coletividades. Esta obra mostra a importância das discussões teóricas para uma visão menos tradicional e convencional de um dos aspectos mais importantes da História ocidental.